



TAPURAH

PREFEITURA

LEI ORDINÁRIA Nº 1.750/2025

De 09 de Dezembro de 2025

SÚMULA: ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI 1.609/2024 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Senhor **ALVARO GALVAN**, Prefeito Municipal de Tapurah, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o plenário da Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona, a seguinte Lei:

Art. 1º Altera os §§2º e 3º do art. 1º da Lei nº 1.609/2024, passando a ter a seguinte redação:

Art. 1º. (...)

(...)

§ 2º (...)

I – serviços e produtos postais;

II – assinatura de publicações;

III – locomoção urbana;

IV – Hospedagem;

V – Alimentação

VI – Telefonia móvel

VII – contratação, para fins de apoio ao exercício do mandato parlamentar, de consultorias e trabalhos técnicos, pesquisas socioeconômicas;

VIII – divulgação da sua atividade parlamentar;

IX – participação do parlamentar em cursos, palestras, seminários, simpósios, congressos ou eventos congêneres;

X – bem como as demais despesas reconhecidas pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, em especial em sua Resolução de Consulta nº 29/2011; e

XI – outras despesas inerentes ao exercício do cargo no desempenho de atividades parlamentares externas de fiscalização da Administração Pública municipal e de interação com a população.

§ 3º A verba indenizatória não abrange custos com:

I – passagens terrestres e aéreas para viagens intermunicipais, interestaduais ou internacionais;



TAPURAH

PREFEITURA

II – combustível para locomoção intermunicipal e interestadual em veículo do Poder Legislativo seja: próprio, locado ou cedido para uso do Poder Legislativo;

III – Diárias para o Distrito Federal, municípios de outros Estados, e Viagens Internacionais;

IV – Cursos oferecidos de forma coletiva aos Parlamentares para capacitação por meio da Escola Legislativa.

Art. 2º. Fica alterado o art. 2º da Lei nº 1.609/2024, passando a ter a seguinte redação:

Art. 2º. Fica instituída a Verba Indenizatória no valor de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais) ao Presidente e aos demais vereadores.

Art. 3º. O reajuste disposto no art. 2º desta lei terá efeitos a partir de 01 de janeiro de 2026.

Art. 4º. Esta Lei entre em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tapurah, Estado de Mato Grosso, ao nono dia do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco.

ALVARO
GALVAN:014
97785979

Assinado de forma
digital por ALVARO
GALVAN:01497785979
Dados: 2025.12.10
15:05:55 -04'00'

ALVARO GALVAN
Prefeito Municipal



Ano 14 Nº 3767

Divulgação quarta-feira, 10 de dezembro de 2025

Página 265

Publicação quinta-feira, 11 de dezembro de 2025

Alvaro Galvan
Prefeito Municipal

LEGISLAÇÃO

LEI ORDINÁRIA Nº 1.750/2025

SÚMULA: ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI 1.609/2024 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Senhor ALVARO GALVAN, Prefeito Municipal de Tapurah, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o plenário da Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona, a seguinte Lei:

Art. 1º Altera os §§2º e 3º do art. 1º da Lei nº 1.609/2024, passando a ter a seguinte redação:

Art. 1º. (...)

(...)

§ 2º (...)

I – serviços e produtos postais;

II – assinatura de publicações;

III – locomoção urbana;

IV – Hospedagem;

V – Alimentação

VI – Telefonia móvel

VII – contratação, para fins de apoio ao exercício do mandato parlamentar, de consultorias e trabalhos técnicos, pesquisas socioeconômicas;

VIII – divulgação da sua atividade parlamentar;

IX – participação do parlamentar em cursos, palestras, seminários, simpósios, congressos ou eventos congêneres;

X – bem como as demais despesas reconhecidas pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, em especial em sua Resolução de Consulta nº 29/2011; e

XI – outras despesas inerentes ao exercício do cargo no desempenho de atividades parlamentares externas de fiscalização da Administração Pública municipal e de interação com a população.

§ 3º A verba indenizatória não abrange custos com:

I – passagens terrestres e aéreas para viagens intermunicipais, interestaduais ou internacionais;

II – combustível para locomoção intermunicipal e interestadual em veículo do Poder Legislativo seja: próprio, locado ou cedido para uso do Poder Legislativo;

III – Diárias para o Distrito Federal, municípios de outros Estados, e Viagens Internacionais;

IV – Cursos oferecidos de forma coletiva aos Parlamentares para capacitação por meio da Escola Legislativa.

Art. 2º. Fica alterado o art. 2º da Lei nº 1.609/2024, passando a ter a seguinte redação:

Art. 2º. Fica instituída a Verba Indenizatória no valor de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais) ao Presidente e aos demais vereadores.

Art. 3º. O reajuste disposto no art. 2º desta lei terá efeitos a partir de 01 de janeiro de 2026.

Art. 4º. Esta Lei entre em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tapurah, Estado de Mato Grosso, ao nono dia do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco.

ALVARO GALVAN

Prefeito Municipal

LEI ORDINÁRIA Nº 1.751/2025

SÚMULA: DISPÕE SOBRE O TRAÇADO E PROLONGAMENTO DA AVENIDA MATO GROSSO DO SUL, NO MUNICÍPIO DE TAPURAH E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Senhor ALVARO GALVAN, Prefeito Municipal de Tapurah, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o plenário da Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona, a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizado o prolongamento da via pública denominada "AVENIDA MATO GROSSO DO SUL", em razão do interesse público, com o perímetro de 4.113,746m (quatro mil cento e treze metros e setecentos e quarenta e seis milímetros), e área de 54.950,587m² (cinquenta e quatro mil novecentos e cinquenta metros quadrados e quinhentos e oitenta e sete milésimos), conforme memorial descritivo e mapa constantes no anexo I e II da presente Lei.

Art. 2º Esta lei tem fulcro legal na legislação municipal vigente, respeitando todos os direitos normativos à espécie.



CAMARA MUNICIPAL DE TAPURAH
ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ: 33.005.083.0001/60

AUTOGRAFO DE LEI Nº 117/2025

De 09 de Dezembro de 2025

SÚMULA: ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI 1.609/2024 E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Senhor **CLEOMAR ETERNO DE CAMPOS**, Presidente da Câmara Municipal de Tapurah, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Plenário da Câmara aprovou o seguinte **Projeto de Lei Ordinária do Legislativo:**

Art. 1º Altera os §§2º e 3º do art. 1º da Lei nº 1.609/2024, passando a ter a seguinte redação:

Art. 1º. (...)

(...)

§ 2º (...)

I – serviços e produtos postais;

II – assinatura de publicações;

III – locomoção urbana;

IV – Hospedagem;

V – Alimentação

VI – Telefonia móvel

VII – contratação, para fins de apoio ao exercício do mandato parlamentar, de consultorias e trabalhos técnicos, pesquisas socioeconômicas;

VIII – divulgação da sua atividade parlamentar;

IX – participação do parlamentar em cursos, palestras, seminários, simpósios, congressos ou eventos congêneres;

X – bem como as demais despesas reconhecidas pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, em especial em sua Resolução de Consulta nº 29/2011; e

XI – outras despesas inerentes ao exercício do cargo no desempenho de atividades parlamentares externas de fiscalização da Administração Pública municipal e de interação com a população.



CAMARA MUNICIPAL DE TAPURAH
ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ: 33.005.083.0001/60

§ 3º A verba indenizatória não abrange custos com:

I – passagens terrestres e aéreas para viagens intermunicipais, interestaduais ou internacionais;

II – combustível para locomoção intermunicipal e interestadual em veículo do Poder Legislativo seja: próprio, locado ou cedido para uso do Poder Legislativo;

III – Diárias para o Distrito Federal, municípios de outros Estados, e Viagens Internacionais;

IV – Cursos oferecidos de forma coletiva aos Parlamentares para capacitação por meio da Escola Legislativa.

Art. 2º. Fica alterado o art. 2º da Lei nº 1.609/2024, passando a ter a seguinte redação:

Art. 2º. Fica instituída a Verba Indenizatória no valor de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais) ao Presidente e aos demais vereadores.

Art. 3º. O reajuste disposto no art. 2º desta lei terá efeitos a partir de 01 de janeiro de 2026.

Art. 4º. Esta Lei entre em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Tapurah, Estado de Mato Grosso, aos 09 dias do mês de Dezembro de 2025.

CLEOMAR
ETERNO DE
CAMPOS:8581
7767104
Cleomar Eterno de Campos
Presidente

Assinado de forma
digital por CLEOMAR
ETERNO DE
CAMPOS:85817767104
Dados: 2025.12.09
13:36:42 -04'00'



CAMARA MUNICIPAL DE TAPURAH
ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ: 33.005.083.0001/60

Câmara Municipal de Tapurah
33.005.083/0001-60



PROTOCOLO GERAL 737/2025
Data: 19/11/2025 - Horário: 09:01
Legislativo - PLL 17/2025

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA DO LEGISLATIVO Nº 017/2025.

De 19 de novembro de 2025

À Comissão de Justiça e Paz

FINANÇAS E ORÇAMENTO

Para emitir parecer

Em 24 / 11 / 2025

PRESIDENTE

AUTORES: Juliano Antunes, Cleomar Eterno de Campos, Aelton Antônio Figueiredo, Luiz Augusto Sette, Daise Martins de Souza, Paulo Ricardo Barbosa Alves, Elder Gobbi, Diego Rafael Grendene.

“SÚMULA: ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI 1.609/2024 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

Art. 1º Altera os §§2º e 3º do art. 1º da Lei nº 1.609/2024, passando a ter a seguinte redação:

Art. 1º. (...)

(...)

§ 2º (...)

I – serviços e produtos postais;

II – assinatura de publicações;

III – locomoção urbana;

IV – Hospedagem;

V – Alimentação

VI – Telefonia móvel

VII – contratação, para fins de apoio ao exercício do mandato parlamentar, de consultorias e trabalhos técnicos, pesquisas socioeconômicas;

VIII – divulgação da sua atividade parlamentar;

IX – participação do parlamentar em cursos, palestras, seminários, simpósios, congressos ou eventos congêneres;

X – bem como as demais despesas reconhecidas pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, em especial em sua Resolução de Consulta nº 29/2011; e

XI – outras despesas inerentes ao exercício do cargo no desempenho de atividades parlamentares externas de fiscalização da Administração Pública municipal e de interação com a população.

§ 3º A verba indenizatória não abrange custos com:

APROVADO

Por MAIORIA ABSOLUTA

Em Sessão de 08 / 12 / 2025

Votos Contrários 01

Votos Favoráveis 07

PRESIDENTE

Por MAIORIA ABSOLUTA

Em Sessão de 01 / 12 / 2025

Votos Contrários 03

Votos Favoráveis 05

PRESIDENTE

APROVADO



CAMARA MUNICIPAL DE TAPURAH
ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ: 33.005.083.0001/60

I – passagens terrestres e aéreas para viagens intermunicipais, interestaduais ou internacionais;

II – combustível para locomoção intermunicipal e interestadual em veículo do Poder Legislativo seja: próprio, locado ou cedido para uso do Poder Legislativo;

III – Diárias para o Distrito Federal, municípios de outros Estados, e Viagens Internacionais;

IV – Cursos oferecidos de forma coletiva aos Parlamentares para capacitação por meio da Escola Legislativa.

Art. 2º. Fica alterado o art. 2º da Lei nº 1.609/2024, passando a ter a seguinte redação:

Art. 2º. Fica instituída a Verba Indenizatória no valor de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais) ao Presidente e aos demais vereadores.

Art. 3º. O reajuste disposto no art. 2º desta lei terá efeitos a partir de 01 de janeiro de 2026.

Art. 4º. Esta Lei entre em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Tapurah, Estado de Mato Grosso, aos 19 dias do mês de novembro de 2025.

Cleomar Eterno de Campos
Vereador-PL

Daise Martins de Souza
Vereador-PL

Aelton Antônio Figueiredo
Vereador-Republicanos

Diego Rafael Grendene
Vereador - UNIÃO

Juliano Antunes
Vereador-PL

Luiz Augusto Sette
Vereador-PRD

Paulo Ricardo Barbosa Alves
Vereador-PP

Elder Gobbi
Vereador-Republicanos



CAMARA MUNICIPAL DE TAPURAH
ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ: 33.005.083.0001/60

JUSTIFICATIVA

Trata-se de Projeto de Lei que visa alterar a Lei 1.609/2024 para fins de aumentar a verba indenizatória do atual valor de R\$ 2.500,00 para R\$ 3.500,00 correspondendo a um reajuste de 40%, bem como adequação de alguns dispositivos quanto as atividades cobertas pela verba indenizatória.

O Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso por meio da Resolução de Consulta 29/2011 já indicou a possibilidade de instituição de verba indenizatória para ressarcimento de despesas despendidas pelos parlamentares para o desenvolvimento de suas atividades, desde que seja previsto em lei, incluindo requisitos de prestação de contas, além de não poder ser destinada a despesas já cobertas por outra verba, sob pena de se configurar recebimento em duplicidade, nesse sentido:

Resolução de Consulta nº 29/2011 (DOE, 20/04/2011) e Acórdão nº 1.761/2006 (DOE, 14/09/2006). Câmara Municipal. Despesa. Verba de natureza indenizatória. Custeio de gastos no exercício do mandato. Possibilidade de instituição.42

1. A verba indenizatória deve ser instituída mediante lei que especifique expressamente as despesas que serão objeto de ressarcimento e as atividades parlamentares desenvolvidas no interesse da Administração Pública, devendo haver um nexo de causalidade entre as despesas e as atividades previstas na lei.
2. A verba indenizatória não deve ser utilizada para pagamento de despesas com gabinete do parlamentar, a exemplo de material de escritório e assessoria jurídica, as quais devem ser submetidas ao regular processo de planejamento e execução pela administração da câmara, sob pena de configurar indevida descentralização orçamentária financeira dos gastos públicos.
3. Em regra, é vedada a utilização de veículo particular a serviço da Administração, bem como o pagamento de despesas com abastecimento desses veículos com recursos públicos. Contudo, em se tratando de verba indenizatória, é possível sua utilização para ressarcimento de despesas com abastecimento de veículo particular do vereador, desde que se trate de despesa de interesse da Administração custeada diretamente pelo agente no exercício de suas atribuições.
4. A verba indenizatória não pode ser destinada ao pagamento de despesa já indenizada sob outra forma, sob pena de se configurar duplicidade de pagamento da mesma despesa. Nesse sentido, só é possível a acumulação da concessão de verba indenizatória com diária ou adiantamento quando decorrerem de fatos geradores distintos.
5. A prestação de contas da verba indenizatória deve ser apresentada de acordo com os critérios estabelecidos em lei, podendo, inclusive, a respectiva lei regulamentadora dispensar a apresentação de comprovantes de despesas.

Resolução de Consulta nº 25/2017 – TP (DOC, 03/10/2017). Câmara Municipal. Despesa. Vereadores. Verba de natureza indenizatória. Instituição ou majoração. Inaplicabilidade do princípio da anterioridade da legislação. Condições adicionais.43

1. É possível, mediante lei em sentido estrito, a instituição ou majoração de verba de natureza indenizatória a ser paga a vereadores, em qualquer ano



CAMARA MUNICIPAL DE TAPURAH
ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ: 33.005.083.0001/60

da legislatura vigente, tendo em vista que a essa parcela não se aplica o princípio da anterioridade da legislatura, inserido no inciso VI, do art. 29, da CF/88.

2. A instituição ou majoração de verba de natureza indenizatória caracteriza despesa de caráter continuado, assim, a Administração, ao propor a respectiva lei, deve observar sua compatibilidade com os ditames dos artigos 15, 16 e 17 da LRF, bem como o limite total de gasto previsto no art. 29, *caput*, da CF/88. A definição dos valores deve nortear-se pelos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, e, pelas possibilidades orçamentária, financeira e fiscal.

3. É possível a alteração de dotações já consignadas no Orçamento Anual das câmaras municipais, a fim de dar suporte orçamentário à instituição ou majoração de verba indenizatória paga a vereadores para o exercício parlamentar, contudo, deve ser condicionada à comprovação de que não haverá redução prejudicial de dotações já comprometidas com as despesas normais de manutenção e funcionamento das respectivas Casas Legislativas.

Resolução de Consulta nº 12/2011 (DOE, 17/03/2011). Câmara Municipal. Despesa. Verba Indenizatória. Recesso Parlamentar.

É possível a concessão de verba indenizatória durante o recesso parlamentar, desde que haja o desempenho de atividades por parte do vereador, nos termos definidos pela lei de cada ente.

Verifica-se pela possível a concessão de “verba indenizatória” aos Vereadores, por meio de lei (art. 37, § 11 da CF/88), em sentido estrito e específica, seguida de regulamentação pelo próprio parlamento das despesas que podem, as que não podem e a prestação de contas respectiva, além de conferir a todas elas ampla transparência e irrestrito acesso aos processos por qualquer interessado, tudo a ser devida e oportunamente analisado pelo controle interno das Câmaras Municipais.

O Supremo Tribunal Federal em Recurso Extraordinário 1.210.483/MT negou recurso da Câmara de Cuiabá e manteve o limite da Verba Indenizatória em 60% do subsídio fixado dos vereadores para cada legislatura mantendo a sentença inicial proferida em primeira instância já confirmada pelo TJMT.

Os subsídios dos vereadores de Tapurah-MT foram fixados para Legislatura de 2025 a 2028 pela Lei 1.607/2024 (Fixa Subsídio dos vereadores Legislatura de 2025 a 2028), com a remuneração de R\$ 7.000,00 (sete mil para os vereadores), assim o limite da Verba Indenizatória em 60% dos subsídios dos agente políticos teríamos o valor de R\$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais), assim com a presente proposta fixando em R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais) teríamos o equivalente a 50% do subsídio dos vereadores, valor abaixo do limite máximo fixado pelo STF.

No caso do Presidente a remuneração para 2025 será de R\$ 8.800 (oito mil e oitocentos reais) considera o percentual de 60% como limite de VI teríamos o valor R\$ 5.280,00 (cinco mil duzentos e oitenta reais), e a proposta é de R\$ 3.500,00 (dois mil e quinhentos reais) equivalente a 40% do subsídio do Presidente, estando abaixo do limite máximo fixado pelo STF.



CAMARA MUNICIPAL DE TAPURAH
ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ: 33.005.083.0001/60

Verifica-se assim que a proposta está dentro dos parâmetros legais e posicionamentos judiciais sobre o limite de Verba Indenizatória para atividade parlamentar.

A presente proposição se amolda dentro das competências da Câmara Municipal de vereadores prevista na Lei Orgânica, além de respeitar a Constituição. Por isso a colaboração de todos os vereadores para aprovação desse projeto de lei é de extrema importância.

Tapurah/MT, 19 de novembro de 2025.

Cleomar Eterno de Campos
Vereador-PL

Daise Martins de Souza
Vereador-PL

Aelton Antônio Figueiredo
Vereador-Republicanos

Diego Rafael Grendene
Vereador - UNIÃO

Juliano Antunes
Vereador-PL

Luiz Augusto Sette
Vereador-PRD

Paulo Ricardo Barbosa Alves
Vereador-PP

Elder Gobbi
Vereador- Republicanos



CAMARA MUNICIPAL DE TAPURAH
ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ: 33.005.083.0001/60

DECLARAÇÃO

Eu, **Cleomar Eterno de Campos**, portador do CPF nº 858.177.671-04, residente e domiciliado na cidade de Tapurah – MT, Presidente da Câmara Municipal de Tapurah, **DECLARO** que a alteração da Lei 1.609/2024 **tem adequação orçamentária e financeira para suportar o aumento da despesa em razão do Projeto de Lei do Legislativo 17/2025**, declaro ainda que a aprovação do referido projeto tem compatibilidade com as peças de planejamento governamental, conforme reza o art. 16, inciso II da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), conforme parecer contábil.

Declaro, ainda, estar ciente de que a falsidade desta declaração configura crime previsto no art. 299 do Código Penal Brasileiro.

Tapurah-MT, 19 de novembro de 2025.

CLEOMAR
ETERNO DE
CAMPOS:858
17767104

Assinado de forma
digital por CLEOMAR
ETERNO DE
CAMPOS:85817767104
Dados: 2025.11.19
14:19:31 -04'00'

Cleomar Eterno de Campos
Presidente



CAMARA MUNICIPAL DE TAPURAH
ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ: 33.005.083.0001/60

Avenida Paraná, 1.715 – CENTRO- CEP 78.555-000 – MUNICÍPIO DE TAPURAH – MT
TEL: (066) 3547-1341

IMPACTO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO

O referido cálculo do impacto financeiro e orçamentário contempla o exercício de 2026 sobre a ação orçamentária 20102, à luz do PLOL 017/2025 que sugere o aumento do valor das “VERBAS INDENIZATÓRIAS” atentando-se ao princípio da prudência, sobrestimando a despesa

Seguem as tabelas contendo a previsão para o quadriênio 2026/29:

- Previsão da despesa em 2026 com pagamento de verbas indenizatórias contida em PPA 2026/29, LDO 2026 e LOA 2026:

DOTAÇÃO	TOTAL 2026
VERBAS INDENIZATÓRIAS	R\$ 343.629,00
TOTAL	R\$ 343.629,00

- Previsão da despesa em 2027 com pagamento de verbas indenizatórias contida em PPA 2026/29:

DOTAÇÃO	TOTAL 2027
VERBAS INDENIZATÓRIAS	R\$ 364.246,74
TOTAL	R\$ 364.246,74

- Previsão da despesa em 2028 com pagamento de verbas indenizatórias contida em PPA 2026/29:

DOTAÇÃO	TOTAL 2028
VERBAS INDENIZATÓRIAS	R\$ 386.101,54
TOTAL	R\$ 386.101,54

- Previsão da despesa em 2029 com pagamento de verbas indenizatórias contida em PPA 2026/29:

DOTAÇÃO	TOTAL 2029
VERBAS INDENIZATÓRIAS	R\$ 409.267,64
TOTAL	R\$ 409.267,64



CAMARA MUNICIPAL DE TAPURAH
ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ: 33.005.083.0001/60

Avenida Paraná, 1.715 – CENTRO- CEP 78.555-000 – MUNICÍPIO DE TAPURAH – MT
TEL: (066) 3547-1341

RESSALVANDO QUE:

- O valor previsto para dito aumento é de R\$ 3.500,00 (R\$ 2.500,00 o valor atual)
- O ano de 2025 é ano de elaboração do PPA, portanto portanto houve um aumento do valor dessa despesa;
- A voz “verbas indenizatórias” não incide no cálculo das despesas com pessoal nem conforme ditado da Lei 101/2000, nem segundo a CF/88.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Observando o QDD do exercício de 2026 vislumbra-se a existência prévia da dotação de reduzido 27 com saldo orçado em R\$ 343.629,00 :

01.001.01.031.0200.20102.3.3.90.93.00.00.00 = **R\$ 343.629,00**

Varição prevista pelo PLOL017/2025:

R\$3.500,00(verba indenizatória) x 9(número de vereadores) x 12 meses=**R\$ 378.000,00**

Nota-se que, apesar de ter previsão orçamentária, este valor não é suficiente para cobrir as exigências do PLOL 017/2025 nem no exercício 2026 e nem 2027, tornando necessário o remanejamento caso esse projeto se torne Lei.

Tapurah-MT, em 19 de novembro de 2025

GIOVANNI
ARMANNI:6224059
5191

Assinado de forma digital por
GIOVANNI
ARMANNI:62240595191
Dados: 2025.11.19 13:55:12
-04'00'

Giovanni Armanni
Contador



CÂMARA MUNICIPAL DE TAPURAH
ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ: 33.005.083/0001-60

Câmara Municipal de Tapurah
33.005.083/0001-60



PROTOCOLO GERAL 754/2025
Data: 26/11/2025 - Horário: 16:37
Legislativo - EMD 63/2025

Avenida Paraná, 1.725 – CENTRO- CEP 78.573-000 – TAPURAH/MT
TEL: (66) 99216-3119 e-mail: administrativo@tapurah.mt.leg.br site: www.tapurah.mt.leg.br

Emenda Modificativa nº 63/2025 ao Projeto de Lei Ordinária do Legislativo 17/2025 –
Altera dispositivos da Lei 1.609/2024 e dá outras providências.

Súmula: Altera o art. 2º do Projeto de Lei Ordinária do Legislativo
nº 17/2025.

Autor: Elder Gobbi

Art. 1º Altera o art. 2º do Projeto de Lei Ordinária do Legislativo nº
17/2025 para alterar o art. 2º da Lei 1.609/2024 que passa a ter a seguinte
redação:

Art. 2º. Fica alterado o art. 2º da Lei nº 1.609/2024, passando a ter a
seguinte redação:

Art. 2º. Fica instituída a Verba Indenizatória no valor de R\$ 4.200,00
(quatro mil e duzentos reais) ao Presidente e aos demais vereadores.

Artigo 2º. Esta emenda entra em vigor na data de sua aprovação
integrando ao Projeto de Lei Ordinária do Legislativo nº 17/2025.

Câmara Municipal de Tapurah, Estado de Mato Grosso, aos 26
dias do mês de novembro de 2025.

Elder Gobbi
Vereador-Republicanos

REJEITADO	Em <u>01</u> / <u>12</u> / <u>2025</u> por <u>5</u> x <u>4</u>
	Votos Contrários <u>05</u>
	Favoráveis <u>04</u>



CÂMARA MUNICIPAL DE TAPURAH
ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ: 33.005.083/0001-60

Avenida Paraná, 1.725 – CENTRO- CEP 78.573-000 – TAPURAH/MT
TEL: (66) 99216-3119 e-mail: administrativo@tapurah.mt.leg.br site: www.tapurah.mt.leg.br

JUSTIFICATIVA


Senhores Vereadores,

A presente emenda tem por finalidade aumentar a verba indenizatória para R\$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais) representando um aumento de 68% em relação ao valor atual de R\$ 2.500,00.

Considerando que o Supremo Tribunal Federal em Recurso Extraordinário 1.210.483/MT negou recurso da Câmara de Cuiabá e manteve o limite da Verba Indenizatória em 60% do subsídio fixado dos vereadores para cada legislatura mantendo a sentença inicial proferida em primeira instância já confirmada pelo TJMT.

Considerando que os subsídios dos vereadores de Tapurah-MT foram fixados para Legislatura de 2025 a 2028 pela Lei 1.607/2024 (Fixa Subsidio dos vereadores Legislatura de 2025 a 2028), com a remuneração de R\$ 7.000,00 (sete mil para os vereadores), assim o limite da Verba Indenizatória em 60% dos subsídios dos agentes políticos teríamos o valor de R\$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais), valor dentro do limite máximo fixado pelo STF.

As alterações propostas visam aumentar a autonomia parlamentar dentro dos princípios e limites legais. Por isso a colaboração de todos os vereadores para aprovação desse projeto de lei é de extrema importância.


Elder Gobbi
Vereador-Republicanos



CAMARA MUNICIPAL DE TAPURAH
ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ: 33.005.083.0001/60

PARECER DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

ASSUNTO: Projeto de Lei Ordinária do Legislativo N° 17/2025 – Altera dispositivos da Lei 1.609/2024, e dá outras providências.


RELATOR: Juliano Antunes


RELATÓRIO: A Comissão de Justiça e Redação entra em plenário com **Projeto de Lei Ordinária do Legislativo N° 17/2025** solicitando apoio na aprovação do mencionado Projeto.

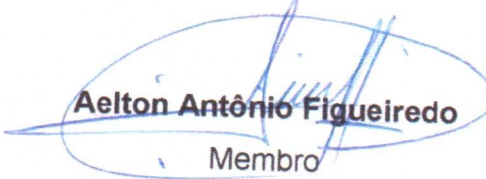
EXAME DA MATÉRIA

- 1 - CONSTITUCIONALIDADE:** O Projeto cumpre todas as normas constitucionais;
- 2 - LEGALIDADE:** O Projeto atende a todos os aspectos legais;
- 3 - REGIMENTALIDADE:** O Projeto atendeu a todas as normas de trâmite Regimental;
- 4 - VOTO:** 02 votos favoráveis.
- 5-CONCLUSÃO:** A Comissão de Justiça e Redação emite parecer favorável ao: **Projeto de Lei Ordinária do Legislativo N° 17/2025** – Altera dispositivos da Lei 1.609/2024, e dá outras providências.

Câmara Municipal de Tapurah – MT; aos 27 dias de Novembro de 2.025.


Daíse Martins
Presidente


Juliano Antunes
Secretário


Aelton Antônio Figueiredo
Membro



CAMARA MUNICIPAL DE TAPURAH
ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ: 33.005.083.0001/60

ATA DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Ao décimo sétimo dia do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco, na Sede da Câmara Municipal de Tapurah, Estado de Mato Grosso, situada à Avenida Paraná, 1.725, às 17h30min reuniu-se esta para **emitir parecer** aos seguintes projetos: **Emenda Modificativa Nº 63/2025** – Altera o art. 2º do Projeto de Lei Ordinária do Legislativo nº 17/2025; **Emenda Modificativa e Redação nº 64/2025** – Altera dispositivos do Projeto de Lei Ordinária nº 58/2025; **Projeto de Lei Ordinária do Legislativo Nº 17/2025** – Altera dispositivos da Lei 1.609/2024, e dá outras providências; **Projeto de Lei Ordinária do Legislativo Nº 18/2025** – Declara como patrimônio cultural imaterial do município de Tapurah a festa tradicional gastronômica do “Leitão no Rolete”; **Projeto de Lei Complementar Nº 28/2025** – Altera a Lei Complementar nº33/2012, e dá outras providências; **Projeto de Lei Ordinária Nº 58/2025** – Estima a receita e fixa a despesa do município de Tapurah para o exercício de 2026, e dá outras providências; **Projeto de Lei Ordinária Nº 75/2025** – Dispõe sobre a concessão de revisão geral anual dos vencimentos dos servidores públicos e agentes políticos do município de Tapurah-MT, para o ano de 2026; **Projeto de Lei Ordinária Nº 76/2025** – Altera dispositivos da Lei 1.634/2024; **Projeto de Lei Ordinária Nº 77/2025** – Altera dispositivos das Leis Ordinárias nº 1690 e 1691 de 2025, e dá outras providências; **Projeto de Lei Ordinária Nº 78/2025** – Dispõe sobre o traçado e prolongamento da Avenida Mato Grosso do Sul, no município de Tapurah e dá outras providências; **Projeto de Lei Ordinária Nº 79/2025** – Autoriza o Poder Executivo a realizar aberturas de créditos adicionais suplementares na execução orçamentária do exercício de 2026, na forma que menciona, e dá outras providências; **Projeto de Lei Ordinária Nº 80/2025** – Altera a Lei Municipal 1.499/2023 – Lei do SUAS, e dá outras providências; **Projeto de Lei Ordinária Nº 81/2025** – Concede reajuste salarial aos Conselheiros tutelares, e dá outras providências. O Secretário Juliano Antunes, como relator e presidiu o seguinte trabalho **EXAME DA MATÉRIA: 1 - CONSTITUCIONALIDADE:** O projeto cumpre todas as normas constitucionais; **2 - LEGALIDADE:** O projeto atende a todos os aspectos legais; **3 - REGIMENTALIDADE:** O projeto atende a todas as normas de trâmite Regimental; **4 - VOTO:** (02) três votos favoráveis; **5 - CONCLUSÃO:** A Comissão de Justiça e Redação emite **parecer favorável** a **Emenda Modificativa Nº 63/2025, Emenda Modificativa e Redação nº 64/2025, Projeto de Lei Ordinária do Legislativo Nº 17/2025, Projeto de Lei Ordinária do Legislativo Nº 18/2025, Projeto de Lei Complementar Nº28/2025, Projeto de Lei Ordinária Nº 58/2025, Projeto de Lei Ordinária Nº 75/2025, Projeto de Lei Ordinária Nº 76/2025, Projeto de Lei Ordinária Nº 77/2025, Projeto de Lei Ordinária Nº 78/2025, Projeto de Lei Ordinária Nº 79/2025, Projeto de Lei Ordinária Nº 80/2025 e Projeto de Lei Ordinária Nº 81/2025.** Estiveram presentes: **PRESENÇA:** Juliano Antunes, Luiz Augusto Sette, Paulo Ricardo Barbosa Alves, Daniele de Lima Zottis. (A vereadora Daise Martins tomou ciência e registrou seu voto como favorável de forma



CAMARA MUNICIPAL DE TAPURAH
ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ: 33.005.083.0001/60

antecipada, pois tinha compromisso em outra cidade). Nada mais a tratar deuse por encerrada a presente reunião.



Juliano Antunes
Secretário/Relator



Daise Martins de Souza
Presidente



CAMARA MUNICIPAL DE TAPURAH
ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ: 33.005.083.0001/60

PARECER DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

ASSUNTO: Projeto de Lei Ordinária do Legislativo N° 17/2025 – Altera dispositivos da Lei 1.609/2024, e dá outras providências.


RELATOR: Luiz Augusto Sette

RELATÓRIO: A Comissão de Finanças e Orçamento entra em plenário com a **Projeto de Lei Ordinária do Legislativo N° 17/2025**, solicitando apoio na aprovação do mencionado Projeto.

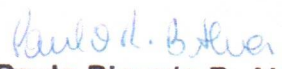
EXAME DA MATÉRIA

- 1- **CONSTITUCIONALIDADE:** O Projeto cumpre todas as normas constitucionais;
- 2 - **LEGALIDADE:** O Projeto atende a todos os aspectos legais;
- 3 - **REGIMENTALIDADE:** O Projeto atendeu a todas as normas de trâmite Regimental;
- 4 - **VOTO:** 3 votos favoráveis.
- 5 - **CONCLUSÃO:** A Comissão Finanças e Orçamento emite **parecer favorável** ao: **Projeto de Lei Ordinária do Legislativo N° 17/2025** – Altera dispositivos da Lei 1.609/2024, e dá outras providências.

Câmara Municipal de Tapurah – MT, aos 27 dias de Novembro de 2.025.


Luiz Augusto Sette
Presidente


Daniele de Lima Zottis
Secretária


Paulo Ricardo B. Alves
Membro



CAMARA MUNICIPAL DE TAPURAH
ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ: 33.005.083.0001/60

ATA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

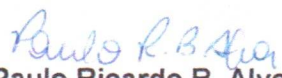
Ao vigésimo sétimo dia do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco, na Sede da Câmara Municipal de Tapurah, Estado de Mato Grosso, situado à Avenida Paraná, 1.725, às 17h30min reuniu-se esta para **emitir parecer** ao projeto: **Emenda Modificativa Nº 63/2025** – Altera o art. 2º do Projeto de Lei Ordinária do Legislativo nº 17/2025; **Projeto de Lei Ordinária do Legislativo Nº 17/2025** – Altera dispositivos da Lei 1.609/2024, e dá outras providências; **Projeto de Lei Complementar Nº 28/2025** – Altera a Lei Complementar nº33/2012, e dá outras providências; **Projeto de Lei Ordinária Nº 58/2025** – Estima a receita e fixa a despesa do município de Tapurah para o exercício de 2026, e dá outras providências; **Projeto de Lei Ordinária Nº 75/2025** – Dispõe sobre a concessão de revisão geral anual dos vencimentos dos servidores públicos e agentes políticos do município de Tapurah-MT, para o ano de 2026; **Projeto de Lei Ordinária Nº 77/2025** – Altera dispositivos das Leis Ordinárias nº 1690 e 1691 de 2025, e dá outras providências; **Projeto de Lei Ordinária Nº 79/2025** – Autoriza o Poder Executivo a realizar aberturas de créditos adicionais suplementares na execução orçamentária do exercício de 2026, na forma que menciona, e dá outras providências; - **Projeto de Lei Ordinária Nº 81/2025** – Concede reajuste salarial aos Conselheiros tutelares, e dá outras providências. O Presidente Luiz Augusto Sette, como relator e presidiu o seguinte trabalho **EXAME DA MATÉRIA: 1 - CONSTITUCIONALIDADE:** O projeto cumpre todas as normas constitucionais; **2 - LEGALIDADE:** O projeto atende a todos os aspectos legais; **3 - REGIMENTALIDADE:** O projeto atende a todas as normas de trâmite Regimental; **4 - VOTO:** (3) três votos favoráveis; **5 - CONCLUSÃO:** A Comissão de Finanças e Orçamento emite **parecer favorável** aos Projetos: **Emenda Modificativa Nº 63/2025; Projeto de Lei Ordinária do Legislativo Nº 17/2025, Projeto de Lei Complementar Nº 28/2025; Projeto de Lei Ordinária Nº 58/2025 e Projeto de Lei Ordinária Nº 75/2025, Projeto de Lei Ordinária Nº77/2025, Projeto de Lei Ordinária Nº 79/2025 e Projeto de Lei Ordinária Nº 81/2025.** **6 – PRESENÇA:** Luiz Augusto Sette, Paulo Ricardo Barbosa Alves, Daniele de Lima Zottis, Juliano Antunes. Nada mais a tratar deu-se por encerrada a presente reunião.


Luiz Augusto Sette

Presidente


Daniele de Lima Zottis

Secretária


Paulo Ricardo B. Alves

Membro



CAMARA MUNICIPAL DE TAPURAH
ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ: 33.005.083.0001/60

Avenida Paraná, 1.725 – CENTRO- CEP 78.573-000 – MUNICÍPIO DE TAPURAH – MT
TEL: (066) 99216-3119

PARECER JURÍDICO

**Projeto de Lei do Legislativo 17/2025 – Altera
Lei 1.609/2024 e dá outras providências.**

Trata-se de projeto de lei do legislativo nº 17/2025 que, visa alterar dispositivos da Lei 1.609/2024 e dá outras providências.

É o breve relatório.

O projeto de lei legislativo nº 17/2025 visa alterar a lei 1.609/2024 para reajustar a verba indenizatória atualmente fixada em R\$ 2.500,00 para R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), aumentando assim em 40% a referida verba.

O Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso por diversos julgados já indicou a possibilidade de instituição de verba indenizatória para ressarcimento de despesas despendidas pelos parlamentares para o desenvolvimento de suas atividades, desde que seja previsto em lei, incluindo requisitos de prestação de contas, além de não poder ser destinada a despesas já cobertas por outra verba, sob pena de se configurar recebimento em duplicidade, nesse sentido:

Resolução de Consulta nº 29/2011 (DOE, 20/04/2011) e Acórdão nº 1.761/2006 (DOE, 14/09/2006). Câmara Municipal. Despesa. Verba de natureza indenizatória. Custeio de gastos no exercício do mandato. Possibilidade de instituição.42

1. A verba indenizatória deve ser instituída mediante lei que especifique expressamente as despesas que serão objeto de ressarcimento e as atividades parlamentares desenvolvidas no interesse da Administração Pública, devendo haver um nexo de causalidade entre as despesas e as atividades previstas na lei.
2. A verba indenizatória não deve ser utilizada para pagamento de despesas com gabinete do parlamentar, a exemplo de material de escritório e assessoria jurídica, as quais devem ser submetidas ao regular processo de planejamento e execução pela administração da câmara, sob pena de configurar indevida descentralização orçamentária financeira dos gastos públicos.
3. Em regra, é vedada a utilização de veículo particular a serviço da Administração, bem como o pagamento de despesas com abastecimento desses veículos com recursos públicos. Contudo, em se tratando de verba indenizatória, é possível sua utilização para ressarcimento de despesas com abastecimento de veículo particular do vereador, desde que se trate de despesa de interesse da Administração custeada diretamente pelo agente no exercício de suas atribuições.
4. A verba indenizatória não pode ser destinada ao pagamento de despesa já indenizada sob outra forma, sob pena de se configurar duplicidade de pagamento da



CAMARA MUNICIPAL DE TAPURAH
ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ: 33.005.083.0001/60

Avenida Paraná, 1.725 – CENTRO- CEP 78.573-000 – MUNICÍPIO DE TAPURAH – MT
TEL: (066) 99216-3119

mesma despesa. Nesse sentido, só é possível a acumulação da concessão de verba indenizatória com diária ou adiantamento quando decorrerem de fatos geradores distintos.

5. A prestação de contas da verba indenizatória deve ser apresentada de acordo com os critérios estabelecidos em lei, podendo, inclusive, a respectiva lei regulamentadora dispensar a apresentação de comprovantes de despesas.

Resolução de Consulta nº 12/2011 (DOE, 17/03/2011). Câmara Municipal. Despesa. Verba Indenizatória. Recesso Parlamentar.

É possível a concessão de verba indenizatória durante o recesso parlamentar, desde que haja o desempenho de atividades por parte do vereador, nos termos definidos pela lei de cada ente.

O Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso em várias ocasiões entendeu inclusive que a aplicação desse direito aos agentes políticos pode ocorrer no mesmo exercício fiscal, não sendo necessário ser fixado de uma legislatura para outra, nesse sentido:

Câmara Municipal. Despesa. Vereadores. Verba de natureza indenizatória. Instituição ou majoração. Inaplicabilidade do princípio da anterioridade da legislatura. Condições adicionais. 1) **É possível, mediante lei em sentido estrito ou decreto-legislativo, a instituição ou majoração de verba de natureza indenizatória a ser paga a vereadores, em qualquer ano da legislatura vigente, tendo em vista que a essa parcela não se aplica o Princípio da Anterioridade da Legislação, inserido no inciso VI, do art. 29, da CF/1988.** 2) A instituição ou majoração de verba de natureza indenizatória caracteriza despesa de caráter continuado, assim, a Administração, ao propor a respectiva lei ou decreto-legislativo, deve observar sua compatibilidade com os ditames dos artigos 15, 16 e 17 da LRF, bem como o limite total de gasto previsto no art. 29-A, caput, da CF/88. A definição dos valores deve nortear-se pelos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, e, pelas possibilidades orçamentária, financeira e fiscal. 3) É possível a alteração de dotações já consignadas no Orçamento Anual das Câmaras Municipais, a fim de dar suporte orçamentário à instituição ou majoração de verba indenizatória paga a vereadores para o exercício parlamentar, contudo, deve ser condicionada à comprovação de que não haverá redução prejudicial de dotações já comprometidas com as despesas normais de manutenção e funcionamento das respectivas Casas Legislativas. *Os itens 1 e 2 foram reexaminados e atualizados pela Resolução de Consulta 21/2023 - PV. (CONSULTAS. Relator: JOÃO BATISTA CAMARGO. Resolução De Consulta 25/2017 - PLENÁRIO. Julgado em 21/09/2017. Publicado no DOC/TCE-MT em 03/10/2017. Processo 199036/2017).

Câmara Municipal. Verba indenizatória. Vereadores. Despesas com veículos oficiais e particulares. É possível que os vereadores realizem custeio de despesas com o uso de veículos oficiais da Câmara Municipal, por meio de verba indenizatória, para o desempenho de atividades parlamentares, dentro ou fora do município, desde que haja normatização autorizativa, sendo medida excepcional a utilização de verba indenizatória para o custeio de despesas quando da utilização de veículos particulares, nos termos da Resolução de Consulta nº 29/2011 do TCE-MT. (REPRESENTACAO (NATUREZA EXTERNA). Relator: MOISES MACIEL. Acórdão 14/2017 - TRIBUNAL PLENO. Julgado em 07/02/2017. Publicado no DOC/TCE-MT em 17/02/2017. Processo 87890/2016).



CAMARA MUNICIPAL DE TAPURAH
ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ: 33.005.083.0001/60

Avenida Paraná, 1.725 – CENTRO- CEP 78.573-000 – MUNICÍPIO DE TAPURAH – MT
TEL: (066) 99216-3119

Resolução de Consulta nº 25/2017 – TP (DOC, 03/10/2017). Câmara Municipal. Despesa. Vereadores. Verba de natureza indenizatória. Instituição ou majoração. Inaplicabilidade do princípio da anterioridade da legislatura. Condições adicionais.⁴³

1. É possível, mediante lei em sentido estrito, a instituição ou majoração de verba de natureza indenizatória a ser paga a vereadores, em qualquer ano da legislatura vigente, tendo em vista que a essa parcela não se aplica o princípio da anterioridade da legislatura, inserido no inciso VI, do art. 29, da CF/88.
2. A instituição ou majoração de verba de natureza indenizatória caracteriza despesa de caráter continuado, assim, a Administração, ao propor a respectiva lei, deve observar sua compatibilidade com os ditames dos artigos 15, 16 e 17 da LRF, bem como o limite total de gasto previsto no art. 29, *caput*, da CF/88. A definição dos valores deve nortear-se pelos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, e, pelas possibilidades orçamentária, financeira e fiscal.
3. É possível a alteração de dotações já consignadas no Orçamento Anual das câmaras municipais, a fim de dar suporte orçamentário à instituição ou majoração de verba indenizatória paga a vereadores para o exercício parlamentar, contudo, deve ser condicionada à comprovação de que não haverá redução prejudicial de dotações já comprometidas com as despesas normais de manutenção e funcionamento das respectivas Casas Legislativas.

Diante disso, deve-se concluir que o pagamento de verba indenizatória pode ser feito desde que haja lei regulamentando valores, prestação de contas e finalidade das atividades a serem indenizadas não é um dever, mas sim uma opção que depende do legislador infraconstitucional que pode autorizar por meio de lei local.

O Supremo Tribunal Federal em Recurso Extraordinário 1.210.483/MT negou recurso da Câmara de Cuiabá e manteve o limite da Verba Indenizatória em 60% do subsídio fixado dos vereadores para cada legislatura mantendo a sentença inicial proferida em primeira instância já confirmada pelo TJMT.

Os subsídios dos vereadores de Tapurah-MT foram fixados para Legislatura de 2025 a 2028 pela Lei 1.607/2024 (Fixa Subsídio dos vereadores Legislatura de 2025 a 2028), com a remuneração de R\$ 7.000,00 (sete mil para os vereadores), assim o limite da Verba Indenizatória em 60% dos subsídios dos agente políticos teríamos o valor de R\$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais), assim com a presente **proposta fixando em R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais) teríamos o equivalente a 50% do subsídio dos vereadores, valor abaixo do limite máximo fixado pelo STF.**

No caso do **Presidente** a remuneração para 2025 será de R\$ 8.800 (oito mil e oitocentos reais) considera o percentual de 60% como **limite de VI teríamos o valor R\$ 5.280,00 (cinco mil duzentos e oitenta reais)**, e a proposta é de R\$ 3.500,00 (dois mil e



CAMARA MUNICIPAL DE TAPURAH
ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ: 33.005.083.0001/60

Avenida Paraná, 1.725 – CENTRO- CEP 78.573-000 – MUNICÍPIO DE TAPURAH – MT
TEL: (066) 99216-3119

quinhentos reais) equivalente a 40% do subsídio do Presidente, estando abaixo do limite máximo fixado pelo STF.

Considerando o impacto orçamentário se faz necessário um estudo de impacto orçamentário para regulamentação desse direito conforme previsão do artigo 16 e 17 da LRF, que demonstra a possibilidade orçamentária.

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

(...)

Art. 17. Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

§ 1º Os atos que criarem ou aumentarem despesa de que trata o caput deverão ser instruídos com a estimativa prevista no inciso I do art. 16 e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio.

§ 2º Para efeito do atendimento do § 1º, o ato será acompanhado de comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo referido no § 1º do art. 4º, devendo seus efeitos financeiros, nos períodos seguintes, ser compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa.

§ 3º Para efeito do § 2º, considera-se aumento permanente de receita o proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 4º A comprovação referida no § 2º, apresentada pelo proponente, conterá as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, sem prejuízo do exame de compatibilidade da despesa com as demais normas do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias.

§ 5º A despesa de que trata este artigo não será executada antes da implementação das medidas referidas no § 2º, as quais integrarão o instrumento que a criar ou aumentar.

§ 6º O disposto no § 1º não se aplica às despesas destinadas ao serviço da dívida nem ao reajustamento de remuneração de pessoal de que trata o inciso X do art. 37 da Constituição.

(...)

Estas alterações propostas no projeto de lei se enquadram dentro da competência local e o Parecer contábil indicou existir dotação orçamentária para aumento da verba indenizatória, no entanto será necessário suplementação no orçamento para cobrir as despesas, nesse sentido:

1. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Observando o QDD do exercício de 2026 vislumbra-se a existência prévia da dotação de reduzido 27 com saldo orçado em R\$ 343.629,00 :
01.001.01.031.0200.20102.3.3.90.93.00.00.00 = R\$ 343.629,00 Variação prevista



CAMARA MUNICIPAL DE TAPURAH
ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ: 33.005.083.0001/60

Avenida Paraná, 1.725 – CENTRO- CEP 78.573-000 – MUNICÍPIO DE TAPURAH – MT
TEL: (066) 99216-3119

pelo PLOL017/2025: R\$3.500,00(verba indenizatória) x 9(número de vereadores) x 12 meses = R\$ 378.000,00

Nota-se que, apesar de ter previsão orçamentária, este valor não é suficiente para cobrir as exigências do PLOL 017/2025 nem no exercício 2026 e nem 2027, tornando necessário o remanejamento caso esse projeto se torne Lei.

Dessa forma a instituição da verba indenizatória não impacta o orçamento da Câmara Municipal, pois já previsão de indenizações sendo necessário somente remanejamento para questão financeira do pagamento da referida verba.

Diante de todo exposto, do ponto de vista de constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa, **entendo pela viabilidade técnica do Projeto de Lei do Legislativo 17/2025.**

No que se refere ao mérito do referido Projeto não cabe este Procurador se pronunciar, uma vez que caberá aos vereadores, no uso da função legislativa, verificar a viabilidade e necessidade de aprovação, devendo ser respeitada para tanto, as formalidades legais e regimentais.

Tapurah-MT, 28 de novembro de 2025.

TANCREDO

VARGAS SARAIVA

DE ARAUJO

TANCREDO VARGAS SARAIVA DE ARAÚJO

Procurador Jurídico

Portaria 09/2016 – OAB/MT 18697

Assinado de forma digital
por TANCREDO VARGAS

SARAIVA DE ARAUJO

Dados: 2025.11.28

16:34:31 -04'00'



CAMARA MUNICIPAL DE TAPURAH
ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ: 33.005.083.0001/60

Avenida Paraná, 1.725 – CENTRO- CEP 78.573-000 – MUNICÍPIO DE TAPURAH – MT
TEL: (066) 99216-3119

PARECER JURÍDICO

**Emendas 63/2025 ao Projeto de Lei
Ordinária do Legislativo 17/2025.**

Trata-se de apresentação da Emenda modificativa em face do projeto de Lei Ordinária do Legislativo nº 17/2025 que visa alterar a lei 1.609/2024 (Verba Indenizatória aos vereadores) e dá outras providências.

É o breve relatório.

Em primeiro lugar deve-se mencionar que é de competência privativa da Câmara Municipal a elaboração e votação do Regimento Interno e organização dos serviços administrativos internos nos termos do artigo 24 e inciso II e III do parágrafo único do artigo 30 da Lei Orgânica do Município *in verbis*:

Art. 24. A Câmara Municipal, observado o disposto nesta Lei Orgânica, **competente elaborar o seu Regimento Interno**, dispoendo sobre a sua organização, polícia e provimento de cargos de seus serviços.

Art. 30. Compete à Câmara Municipal com a sanção do Prefeito, dispor sobre todas as matérias de competência do Município e, especialmente:
(...)

Parágrafo Único. Compete privativamente à Câmara Municipal exercer as seguintes atribuições, dentre outras:
(...)

II - elaborar o Regimento Interno;

III – organizar os serviços administrativos internos e promover os cargos respectivos;

No que se refere a emenda, é possível apresentação de emendas pelas comissões ou de forma individual ou coletivas pelos parlamentares.

O art. 121 do regimento estabelece que as emendas deve ser apresentadas até vinte e quatro horas antes do início da sessão para fins de publicação, nesse sentido:

Art. 121. Ressalvada a hipótese de estar à proposição em regime de urgência especial ou quando assinada pela maioria absoluta da Câmara não serão recebidas pela Mesa, substitutivos, emendas ou subemendas, quando a mesma tiver sendo discutida em plenário, as quais deverão ser apresentadas até vinte e quatro horas antes do início da sessão para fins de publicação.



CAMARA MUNICIPAL DE TAPURAH
ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ: 33.005.083.0001/60

Avenida Paraná, 1.725 – CENTRO- CEP 78.573-000 – MUNICÍPIO DE TAPURAH – MT
TEL: (066) 99216-3119

Parágrafo único. Apresentado o substitutivo por comissão competente ou pelo autor, será discutido preferencialmente em lugar do projeto original, sendo o substitutivo apresentado por outro Vereador, o plenário deliberará sobre a suspensão da discussão para envio à comissão competente.

No presente caso a emenda é de autoria de um único vereador, qual seja Elder Gobbi, em que propõe alterar a redação do art. 2º do projeto de lei do legislativo para alterar o valor da verba indenizatória originalmente proposta em R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais para R\$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais), tendo a seguinte proposta:

Art. 1º Altera o art. 2º do Projeto de Lei Ordinária do Legislativo nº 17/2025 para alterar o art. 2º da Lei 1.609/2024 que passa a ter a seguinte redação:

Art. 2º. Fica alterado o art. 2º da Lei nº 1.609/2024, passando a ter a seguinte redação:

Art. 2º. Fica instituída a Verba Indenizatória no valor de R\$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais) ao Presidente e aos demais vereadores.

Artigo 2º. Esta emenda entra em vigor na data de sua aprovação integrando ao Projeto de Lei Ordinária do Legislativo nº 17/2025.

Verifica-se que proposta de emenda visa aumentar o valor da verba indenizatória, para R\$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais), considerando que atualmente a verba indenizatória está fixada pela lei 1.609/2024 em R\$ 2.500,00, estamos falando em um aumento de aproximadamente 68%.

Conforme já apontado no parecer do projeto de lei do legislativo 17/2025 o TCE/MT entende pela legalidade da criação de verba indenizatória e a possibilidade de aplicação no mesmo exercício fiscal, não sendo necessário ser fixado de uma legislatura para outra.

O Supremo Tribunal Federal em Recurso Extraordinário 1.210.483/MT negou recurso da Câmara de Cuiabá e manteve o limite da Verba Indenizatória em 60% do subsídio fixado dos vereadores para cada legislatura mantendo a sentença inicial proferida em primeira instância já confirmada pelo TJMT.

Os subsídios dos vereadores de Tapurah-MT foram fixados para Legislatura de 2025 a 2028 pela Lei 1.607/2024 (Fixa Subsídio dos vereadores Legislatura de 2025 a 2028), com a remuneração de R\$ 7.000,00 (sete mil para os vereadores), assim o limite da Verba Indenizatória em 60% dos subsídios dos agente políticos teríamos o valor de R\$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais), assim com a presente **proposta fixando em R\$**



CAMARA MUNICIPAL DE TAPURAH
ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ: 33.005.083.0001/60

Avenida Paraná, 1.725 – CENTRO- CEP 78.573-000 – MUNICÍPIO DE TAPURAH – MT
TEL: (066) 99216-3119

3.500,00 (três mil e quinhentos reais) teríamos o equivalente a 50% do subsidio dos vereadores, valor abaixo do limite máximo fixado pelo STF.

No caso do **Presidente** a remuneração para 2025 será de R\$ 8.800 (oito mil e oitocentos reais) considera o percentual de 60% como **limite de VI teríamos o valor R\$ 5.280,00 (cinco mil duzentos e oitenta reais)**, e a proposta é de R\$ 3.500,00 (dois mil e quinhentos reais) equivalente a 40% do subsidio do Presidente, estando abaixo do limite máximo fixado pelo STF.

Dessa forma, verifica-se que a proposta está dentro do limite legal de 60% do subsidio dos parlamentares.

No que se refere ao impacto financeiro o Parecer contábil já indicou que há dotação orçamentária, mas não há saldo financeiro que pode ser complementado por meio de suplementação para cobrir os gastos com a referida verba.

Assim podemos concluir que foi outorgado aos parlamentares o direito de apresentar emendas ao projetos em tramitação, **ponto de vista jurídico constitucional entendo pela viabilidade técnica da emenda 63/2025.**

No que se refere ao mérito da referida emenda não cabe este **Procurador Legislativo se pronunciar**, uma vez que caberá aos vereadores, no uso da função legislativa, verificar a viabilidade e necessidade de aprovação, devendo ser respeitada para tanto, as formalidades legais e regimentais.

É o Parecer.

Tapurah/MT, 01 de dezembro de 2025.

**TANCREDO
VARGAS SARAIVA
DE ARAUJO**
TANCREDO VARGAS SARAIVA DE ARAÚJO
Procurador Jurídico
Portaria 09/2016 – OAB/MT 18697

Assinado de forma digital por
TANCREDO VARGAS SARAIVA
DE ARAUJO
Dados: 2025.12.01 16:11:18
-04'00'



CAMARA MUNICIPAL DE TAPURAH
ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ: 33.005.083.0001/60

PARECER DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

ASSUNTO: Emenda Modificativa Nº 63/2025 – Altera o art. 2º do Projeto de Lei Ordinária do Legislativo nº 17/2025.

RELATOR: Juliano Antunes

RELATÓRIO: A Comissão de Justiça e Redação entra em plenário com **Emenda Modificativa Nº 63/2025** solicitando apoio na aprovação do mencionado Projeto.

EXAME DA MATÉRIA

1 - CONSTITUCIONALIDADE: O Projeto cumpre todas as normas constitucionais;

2 - LEGALIDADE: O Projeto atende a todos os aspectos legais;

3 - REGIMENTALIDADE: O Projeto atendeu a todas as normas de trâmite Regimental;

4 - VOTO: 02 votos favoráveis.

5-CONCLUSÃO: A Comissão de Justiça e Redação emite **parecer favorável** ao: **Emenda Modificativa Nº 63/2025** – Altera o art. 2º do Projeto de Lei Ordinária do Legislativo nº 17/2025.

Câmara Municipal de Tapurah – MT; aos 27 dias de Novembro de 2.025.

Daise Martins
Presidente

Juliano Antunes
Secretário



CAMARA MUNICIPAL DE TAPURAH
ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ: 33.005.083.0001/60

ATA DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Ao décimo sétimo dia do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco, na Sede da Câmara Municipal de Tapurah, Estado de Mato Grosso, situada à Avenida Paraná, 1.725, às 17h30min reuniu-se esta para **emitir parecer** aos seguintes projetos: **Emenda Modificativa Nº 63/2025** – Altera o art. 2º do Projeto de Lei Ordinária do Legislativo nº 17/2025; **Emenda Modificativa e Redação nº 64/2025** – Altera dispositivos do Projeto de Lei Ordinária nº 58/2025; **Projeto de Lei Ordinária do Legislativo Nº 17/2025** – Altera dispositivos da Lei 1.609/2024, e dá outras providências; **Projeto de Lei Ordinária do Legislativo Nº 18/2025** – Declara como patrimônio cultural imaterial do município de Tapurah a festa tradicional gastronômica do “Leitão no Rolete”; **Projeto de Lei Complementar Nº 28/2025** – Altera a Lei Complementar nº33/2012, e dá outras providências; **Projeto de Lei Ordinária Nº 58/2025** – Estima a receita e fixa a despesa do município de Tapurah para o exercício de 2026, e dá outras providências; **Projeto de Lei Ordinária Nº 75/2025** – Dispõe sobre a concessão de revisão geral anual dos vencimentos dos servidores públicos e agentes políticos do município de Tapurah-MT, para o ano de 2026; **Projeto de Lei Ordinária Nº 76/2025** – Altera dispositivos da Lei 1.634/2024; **Projeto de Lei Ordinária Nº 77/2025** – Altera dispositivos das Leis Ordinárias nº 1690 e 1691 de 2025, e dá outras providências; **Projeto de Lei Ordinária Nº 78/2025** – Dispõe sobre o traçado e prolongamento da Avenida Mato Grosso do Sul, no município de Tapurah e dá outras providências; **Projeto de Lei Ordinária Nº 79/2025** – Autoriza o Poder Executivo a realizar aberturas de créditos adicionais suplementares na execução orçamentária do exercício de 2026, na forma que menciona, e dá outras providências; **Projeto de Lei Ordinária Nº 80/2025** – Altera a Lei Municipal 1.499/2023 – Lei do SUAS, e dá outras providências; **Projeto de Lei Ordinária Nº 81/2025** – Concede reajuste salarial aos Conselheiros tutelares, e dá outras providências. O Secretário Juliano Antunes, como relator e presidiu o seguinte trabalho **EXAME DA MATÉRIA: 1 - CONSTITUCIONALIDADE:** O projeto cumpre todas as normas constitucionais; **2 - LEGALIDADE:** O projeto atende a todos os aspectos legais; **3 - REGIMENTALIDADE:** O projeto atende a todas as normas de trâmite Regimental; **4 - VOTO:** (02) três votos favoráveis; **5 - CONCLUSÃO:** A Comissão de Justiça e Redação emite **parecer favorável** a **Emenda Modificativa Nº 63/2025, Emenda Modificativa e Redação nº 64/2025, Projeto de Lei Ordinária do Legislativo Nº 17/2025, Projeto de Lei Ordinária do Legislativo Nº 18/2025, Projeto de Lei Complementar Nº28/2025, Projeto de Lei Ordinária Nº 58/2025, Projeto de Lei Ordinária Nº 75/2025, Projeto de Lei Ordinária Nº 76/2025, Projeto de Lei Ordinária Nº 77/2025, Projeto de Lei Ordinária Nº 78/2025, Projeto de Lei Ordinária Nº 79/2025, Projeto de Lei Ordinária Nº 80/2025 e Projeto de Lei Ordinária Nº 81/2025.** Estiveram presentes: **PRESENÇA:** Juliano Antunes, Luiz Augusto Sette, Paulo Ricardo Barbosa Alves, Daniele de Lima Zottis. (A vereadora Daise Martins tomou ciência e registrou seu voto como favorável de forma



CAMARA MUNICIPAL DE TAPURAH
ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ: 33.005.083.0001/60

antecipada, pois tinha compromisso em outra cidade). Nada mais a tratar deu-se por encerrada a presente reunião.



Juliano Antunes
Secretário/Relator



Daise Martins de Souza
Presidente



CAMARA MUNICIPAL DE TAPURAH
ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ: 33.005.083.0001/60

PARECER DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

ASSUNTO: Emenda Modificativa Nº 63/2025 – Altera o art. 2º do Projeto de Lei Ordinária do Legislativo nº 17/2025.

RELATOR: Luiz Augusto Sette

RELATÓRIO: A Comissão de Finanças e Orçamento entra em plenário com a Emenda Modificativa Nº 63/2025, solicitando apoio na aprovação do mencionado Projeto.

EXAME DA MATÉRIA

1- CONSTITUCIONALIDADE: O Projeto cumpre todas as normas constitucionais;

2 - LEGALIDADE: O Projeto atende a todos os aspectos legais;

3 - REGIMENTALIDADE: O Projeto atendeu a todas as normas de trâmite Regimental;


4 - VOTO: 3 votos favoráveis.

5 - CONCLUSÃO: A Comissão Finanças e Orçamento emite parecer favorável ao: **Emenda Modificativa Nº 63/2025** – Altera o art. 2º do Projeto de Lei Ordinária do Legislativo nº 17/2025.

Câmara Municipal de Tapurah – MT, aos 27 dias de Novembro de 2.025.


Luiz Augusto Sette
Presidente


Daniele de Lima Zottis
Secretária


Paulo Ricardo B. Alves
Membro



CAMARA MUNICIPAL DE TAPURAH
ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ: 33.005.083.0001/60

ATA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Ao vigésimo sétimo dia do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco, na Sede da Câmara Municipal de Tapurah, Estado de Mato Grosso, situado à Avenida Paraná, 1.725, às 17h30min reuniu-se esta para **emitir parecer** ao projeto: **Emenda Modificativa Nº 63/2025** – Altera o art. 2º do Projeto de Lei Ordinária do Legislativo nº 17/2025; **Projeto de Lei Ordinária do Legislativo Nº 17/2025** – Altera dispositivos da Lei 1.609/2024, e dá outras providências; **Projeto de Lei Complementar Nº 28/2025** – Altera a Lei Complementar nº33/2012, e dá outras providências; **Projeto de Lei Ordinária Nº 58/2025** – Estima a receita e fixa a despesa do município de Tapurah para o exercício de 2026, e dá outras providências; **Projeto de Lei Ordinária Nº 75/2025** – Dispõe sobre a concessão de revisão geral anual dos vencimentos dos servidores públicos e agentes políticos do município de Tapurah-MT, para o ano de 2026; **Projeto de Lei Ordinária Nº 77/2025** – Altera dispositivos das Leis Ordinárias nº 1690 e 1691 de 2025, e dá outras providências; **Projeto de Lei Ordinária Nº 79/2025** – Autoriza o Poder Executivo a realizar aberturas de créditos adicionais suplementares na execução orçamentária do exercício de 2026, na forma que menciona, e dá outras providências; - **Projeto de Lei Ordinária Nº 81/2025** – Concede reajuste salarial aos Conselheiros tutelares, e dá outras providências. O Presidente Luiz Augusto Sette, como relator e presidiu o seguinte trabalho **EXAME DA MATÉRIA: 1 - CONSTITUCIONALIDADE:** O projeto cumpre todas as normas constitucionais; **2 - LEGALIDADE:** O projeto atende a todos os aspectos legais; **3 - REGIMENTALIDADE:** O projeto atende a todas as normas de trâmite Regimental; **4 - VOTO:** (3) três votos favoráveis; **5 - CONCLUSÃO:** A Comissão de Finanças e Orçamento emite **parecer favorável** aos Projetos: **Emenda Modificativa Nº 63/2025; Projeto de Lei Ordinária do Legislativo Nº 17/2025, Projeto de Lei Complementar Nº 28/2025; Projeto de Lei Ordinária Nº 58/2025 e Projeto de Lei Ordinária Nº 75/2025, Projeto de Lei Ordinária Nº77/2025, Projeto de Lei Ordinária Nº 79/2025 e Projeto de Lei Ordinária Nº 81/2025.** **6 – PRESENÇA:** Luiz Augusto Sette, Paulo Ricardo Barbosa Alves, Daniele de Lima Zottis, Juliano Antunes. Nada mais a tratar deu-se por encerrada a presente reunião.


Luiz Augusto Sette

Presidente


Daniele de Lima Zottis

Secretária


Paulo Ricardo B. Alves

Membro